Ata da 2ª (Segunda) Reunião Extraordinária do 2º (Segundo) Período Legislativo de 2025, realizada no dia 26/06/2025 (Vinte e seis de junho de dois mil e vinte e cinco) sob a Presidência do Vereador Santiago Justino Duarte. Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), às 9:00 horas da manhã no recinto da Câmara Municipal de Ibirajuba, Estado de Pernambuco, Casa José Inácio de Sobral, reunir-se a Câmara de Vereadores para realizar a 2ª (Segunda) Reunião Extraordinária do 2º (Segundo) Período Legislativo de 2025 sob a Presidência do Vereador Santiago Justino Duarte, estando presentes os Senhores Vereadores: **Paloma Duarte Rodrigues Gutierrez, Adnildo Alves dos Santos, Erivaldo Gonçalves de Oliveira, Eusébio Ferreira Barros Silva, José Adilson da Silva e Samuel Simplício Duarte, Carlos Eduardo Teixeira e Adálio Alves da Silva.** E como havia número e quórum legal foram iniciados os trabalhos. O Sr. Presidente pediu que fosse lido um trecho da bíblia. **Grande Expediente e Ordem do Dia O Sr. Presidente colocou em votação em caráter de preferência o Requerimento nº 101/2025** do Vereador José Adilson da Silva, o qual solicita a dispensa de interstícios regimentais ao **Projeto de Lei nº 007/2025** oriundo do Poder Executivo Local. O mesmo foi aprovado por **08X00**. Pela Ordem, o Sr. Presidente determinou a quebra de interstícios para as discursões e **1ª e 2ª votações do citado Projeto Lei Municipal nº 07/2025**, e pede que o mesmo seja lido. A prefeita do Município de Ibirajuba, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições conferidas por lei, envia à apreciação da Colenda Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei: Art. 1º - Fica estruturado o Conselho de Alimentação Escolar(CAE) do Município de Ibirajuba/PE, órgão Colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, responsável por acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar, bem como a qualidade dos alimentos, em conformidade com a Resolução FNDE de nº 06, de 08 de maio de 2020. Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei Municipal nº 005/2000 e as demais disposições em contrário. Gabinete da Prefeita, 23 de maio de 2025. Maria Izalta Silva Lopes Gama. Prefeita Constitucional. O Sr. Presidente deixa a disposição a palavra aos Senhores Vereadores. **O Projeto de Lei nº 007/2025, foi aprovado tanto na 1ª como na 2ª votação por 08X00, por unanimidade.** De acordo com o Art. 105, sessão III, do Regimento Interno, o Sr. Presidente concedeu o espaço de até 10 (dez) minutos para cada Vereador inscrito fazer uso da palavra. **O Senhor Presidente Santiago Justino Duarte facultou a palavra ao vereador, Samuel Simplício Duarte** que expressou preocupação com a falta de funcionamento e regularização de dois conselhos fundamentais para o município: o CAE (Conselho de Alimentação Escolar) e o Conselho de Desenvolvimento Rural; ele criticou a atual gestão pela

demora na regularização do CAE, destacando que o conselho está inativo desde janeiro, sem mesa diretora nem presidente, o que compromete a fiscalização dos recursos destinados à merenda escolar; Samuel apontou que a ausência do CAE enfraquece o controle sobre a qualidade e frequência da merenda nas escolas, levantando a suspeita de que o Poder Executivo possa estar evitando a atuação de órgãos fiscalizadores; ele afirma sua intenção de acompanhar as reuniões do CAE para garantir que o conselho cumpra sua função e alerta que os membros do conselho podem responder criminalmente se deixarem de agir diante de irregularidades; o vereador também denunciou a paralisação do Conselho de Desenvolvimento Rural, que deveria discutir e garantir a execução de políticas públicas para os trabalhadores do campo, especialmente no cumprimento da Lei 11.947/2009, que determina que ao menos 30% da merenda escolar seja comprada da agricultura familiar; segundo ele, esse direito vem sendo negligenciado por gestões passadas e continua sendo ignorado pela atual; Samuel se mostrou indignado com a falta de chamadas públicas, a exclusão das associações e a inexistência de iniciativas para regularizar o conselho rural; ele lembrou que participou da eleição de um presidente para o conselho, mas depois descobriu que o CNPJ estava inativo há anos; encerrando sua fala, o vereador reforçou seu compromisso de intensificar a cobrança pela reativação dos dois conselhos e pela efetiva aplicação da lei que garante aos agricultores o direito de fornecer seus produtos à merenda escolar; ele destacou que essa medida fomenta a economia local e permite que os estudantes consumam alimentos produzidos por suas próprias famílias. **O vereador, Samuel Simplício Duarte concedeu um aparte ao vereador Santiago Justino Duarte** que reforçou a importância de se cumprir a lei e defender os direitos da população; ele destacou que, diante da insistência de cobranças já feitas anteriormente, agora, com o respaldo de uma ordem judicial, a situação se torna ainda mais legítima; Santiago informou que o jurídico da Câmara estaria disponível no dia seguinte, às 10h, para esclarecimentos e diálogo com quem quisesse discutir o assunto; defendeu que os vereadores, eleitos para representar aqueles que muitas vezes não têm voz, devem fazer valer esse papel; por fim, afirmou que a presidência da Casa está à disposição para contribuir no que for necessário. **Retomou a palavra o vereador, Samuel Simplício Duarte** que demonstrou firmeza e senso de responsabilidade ao solicitar apoio da presidência da Câmara para obter assessoria jurídica; comprometeu-se a estar presente no dia seguinte para dialogar com o setor jurídico da Casa e buscar os encaminhamentos necessários; finalizou agradecendo e reafirmando que a lei deve ser cumprida. **O Senhor Presidente Santiago Justino Duarte facultou a palavra ao vereador, José Adilson da Silva** que iniciou agradecendo a Deus pela realização de mais

uma reunião extraordinária na Câmara; ele reforçou o ponto levantado anteriormente pelo vereador Samuel sobre a importância da reativação do Conselho de Desenvolvimento Rural do município; José Adilson lembrou que já havia sido escolhido, há cerca de dois ou três anos, como representante do conselho, mas ao verificar a documentação, percebeu que o CNPJ antigo já estava inativo, o que impossibilitou a continuidade dos trabalhos; ele explicou que, devido à falta de tempo, não conseguiu resolver a situação naquela época, mas destacou agora a urgência de se criar um novo conselho com um novo CNPJ; o vereador relatou ainda que participou recentemente de uma reunião do CISAR em Caruaru, que tratava do abastecimento de água na zona rural, e percebeu que todos os municípios presentes estavam representados por seus conselhos de desenvolvimento rural, exceto, Ibirajuba; isso evidenciou, segundo ele, a necessidade urgente de reativar o conselho na cidade; por fim, comprometeu-se a cobrar da gestão municipal, da Secretaria de Agricultura e de todas as instâncias possíveis a criação do novo conselho, destacando sua importância para apoiar as associações e a zona rural do município. **O Presidente suspende a reunião por 30 minutos para confeccionar a ata.** Decorridos os 30 minutos, o Sr. Presidente retorna os trabalhos da presente Reunião. O Sr. Presidente solicita que seja lida a ata. Em votação a Ata da 2ª (Segunda) Reunião Extraordinária. A mesma foi aprovada por 08x00, por unanimidade. **O Sr. Presidente Santiago Justino Duarte,** não tendo mais nada a constar, declarou encerrada a Reunião Extraordinária, agradeceu a presença dos senhores Vereadores, da comunidade, e deu por encerrado os trabalhos da presente reunião. Eu, André José da Silva, a digitei.

André José da Silva

Paloma Duarte Rodrigues Gutierrez

Amirclay dos Santos

Vinício Borges Martins

Emílio Jesus Sousa Júnior

Samuel Simplicio Duarte

Adilson da Silva

José Adilson da Silva

André José da Silva